



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CAM	
Nº Único	646087
Entrada/Saída nº	41
Data	20/11/19

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Mar

Deputado Pedro do Carmo

Handwritten signature
19/12/03
Handwritten mark

Assembleia da República, 28 de novembro de 2019

Assunto: Audição do Ministro do Ambiente e Ação Climática no âmbito do acompanhamento das temáticas relacionadas com a problemática da floresta e dos incêndios rurais

Os grandes incêndios florestais ocorridos em 2017 e 2018, pelo seu efeito devastador (com o registo de muitas perdas de vidas humanas) ficarão registados como uma das grandes catástrofes com que o país se confrontou, pondo em evidência a ausência de ordenamento florestal, consequência de décadas de opções políticas da responsabilidade de sucessivos Governos.

O nível de destruição e do número de vítimas provocadas exigiu a tomadas de medidas urgentes para responder aos cenários de devastação, exigindo igualmente que fossem delineados programas de medidas a médio e longo prazo para responder a décadas de abandono a que foram deixados o interior, o mundo rural e a floresta.

Sendo a problemática da floresta e dos incêndios rurais, questões complexas que envolvem dimensões de natureza diversa, dada a necessidade de conhecer em profundidade as condições que levaram à ocorrência dos desastres vividos em 2017 e



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

2018, para melhor delinear as medidas e ações a levar a cabo para evitar a repetição de tais desastres, foram criadas comissões técnicas de análise destes fenómenos, que vieram a produzir informação específica em matéria de ordenamento florestal e de prevenção e combate aos fogos rurais.

É imperativo evitar que episódios semelhantes aos sucedidos em 2017 e 2018 possam voltar a ocorrer, sendo essencial assegurar a implementação das medidas adequadas para prevenir e combater os incêndios, devendo ser efetuado um seguimento e acompanhamento da implementação das diversas medidas no terreno.

Esta necessidade de acompanhamento motivou a apresentação pelo PCP de um Projeto de Resolução para a criação de um portal eletrónico para divulgação atualizada da informação relacionada com as respostas criadas na sequência dos incêndios florestais de 2017, que tendo sido aprovado, resultou na Resolução da AR n.º 175/2018, de 13 de abril de 2018, à qual o Governo não deu, até à data, cumprimento.

Acresce ainda que os diferentes relatórios, estudos, notas informativas e pareceres que têm vindo a ser produzidos no âmbito da análise do Sistema de Gestão Integrado de Fogos Rurais e atividades com ele relacionadas, bem como da análise dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal aprovados, demonstram que o percurso no sentido da necessária reforma florestal, da sua defesa e do seu adequado ordenamento está longe de ser cumprido, sendo diversas as deficiências identificadas.

A falta de informação no que concerne à revisão do Plano de Gestão Integrada de Fogos Rurais, à reavaliação dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal, à concretização no terreno das medidas de prevenção e combate de fogos rurais não permite que a Assembleia da República faça o acompanhamento necessário nesta matéria, nem permite que as comissões técnicas criadas, nomeadamente o



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Observatório Técnico Independente, cumpram cabalmente as atribuições que lhes foram acometidas.

A política florestal e todo o processo de apoio à atividade económica, aos territórios afetados por grandes incêndios, ao interior e ao mundo rural exigem um rigoroso acompanhamento e uma fiscalização por parte da Assembleia da República, no âmbito das suas competências, acompanhamento que tem de ser regular e abrangente, e que requer o conhecimento atempado de um conjunto extenso de informações, o que não tem sido proporcionado.

Com o enquadramento atrás expresso e tendo em conta a nova estrutura orgânica do XXII Governo Constitucional, com a integração do domínio das Florestas no Ministério do Ambiente e Ação Climática, o **Grupo Parlamentar do PCP** requerer a realização, **com caráter de urgência**, da **Audição** do Ministro do Ambiente e Ação Climática.

O Deputado

João Dias

N/Ref. nº 59711-0036/INPAGPPCP/XIV-1

Maria Freitas

De: Sara Lemos
Enviado: 28 de novembro de 2019 13:17
Para: Comissão 7ª - CAM XIV
Assunto: Requerimento para Audição urgente do MAAC sobre floresta e fogos rurais
Anexos: REQ-CAM-59711-0036-INPAGPPCP-XIV-1-Audição MAAC.pdf

Exmo. Senhor Presidente da

7.ª Comissão da Agricultura e Mar,

A pedido do Senhor Deputado João Dias, do Grupo Parlamentar do PCP, junto se envia para, por favor, dar entrada na 7ª Comissão de Agricultura e Mar do Requerimento a solicitar a Audição urgente do Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática relacionada com a problemática da floresta e dos incêndios rurais.

Sem outro assunto, com os melhores cumprimentos,

Com os melhores cumprimentos,

Sara Lemos

(Assessora)

Grupo Parlamentar do PCP | Assembleia da República
gp_pcp@pcp.parlamento.pt | Tel. (+351) 213 919 201/2

